

DESAFIOS DA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA PARA O ESTUDO DAS TRABALHADORAS RURAIS ASSENTADAS E PRODUTORAS RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL

Paulo Roberto Lucca (*Univerisade Federal de Mato Grosso do Sul*)
Guilherme Rodrigues Passamani (*Univerisade Federal de Mato Grosso do Sul*)

Resumo

Do rompimento que o projeto Malinowiskiano representou às formas ainda hegemônicas de interpretação da cultura dos povos “selvagens” até a eclosão de uma vigorosa prática etnográfica urbana, o devir da Antropologia se mostra sempre intrincado. As abordagens metodológicas dos/as que se aventuram na interpretação de fenômenos identitários (sejam eles rurais, urbanos ou étnicos), se infiltram dentro de um plexo de conceitos que impingem à disciplina um lugar de relevo nas Ciências Sociais, sempre afinado com o enredamento das transformações em curso. O objetivo do presente artigo, é justamente promover uma reflexão sobre a abordagem que a Antropologia Social dispõe para o estudo de dois grupos de mulheres em específico: trabalhadoras rurais de assentamentos e produtoras rurais proprietárias de grandes latifúndios em Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, é possível pensar nas particularidades que a Antropologia pautada no estudo das relações sociais de gênero - a Antropologia Feminista – pode oferecer. Tal proposição teórica, demonstra muita afinidade no entendimento desses grupos. Tanto trabalhadoras rurais assentadas quanto “produtoras” rurais proprietárias de grandes contingentes de terras, apesar de possuírem um “marcador social” facilmente identificado pelo fato de serem mulheres, certamente dispõem de trajetórias de vida, identidades e cultura diferentes entre si. Ao se estudar as reflexões tanto do conceito de interseccionalidade presente na Antropologia Feminista quanto das reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa permitidas pela Etnografia Contemporânea, é possível afirmar que ambas podem figurar como elemento norteador central de pesquisas focadas nas diferentes maneiras de distribuição de poder entre grupos de mulheres distintos.

Palavras-chave: Antropologia Feminista. Interseccionalidades. Etnografia. Gênero. Identidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo está centrado no trabalho de revisão bibliográfica dos conceitos caros à Antropologia Feminista e sua aplicabilidade para compreender de que modo as alteridades constituídas por diversos marcadores sociais que interagem na constituição da identidade das mulheres, trabalhadoras rurais assentadas e “produtoras” rurais¹ na região de Campo Grande - MS.

Para além desse escopo, a observação de quais categorias de articulação e/ ou interseccionalidades emergem no âmbito das culturas e relações sociais vivenciadas pelos dois grupos estudados e a análise sobre o modo que essas categorias de articulação e/ ou interseccionalidades interatuam dentro da experiência de vida de cada grupo de mulheres, também pode figurar ainda como objetivos secundários derivados da reflexão bibliográfica aqui proposta.

¹ Esclareço aqui o uso de aspas na palavra produtora. Semanticamente seu significado expressa “aquela que produz, que cria, que gera”. Ideologicamente, por razões que fogem das minhas vistas e que podem ser deslindadas nos meus estudos elas são aplicadas somente para proprietários/ proprietárias de terras cuja forma de obtenção não ocorreu via políticas públicas de reforma agrária.

O pano de fundo dessas caminhos a serem descobertos é o desenvolvimento do Projeto de Mestrado aprovado pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cujo cronograma proposto incorporou o estudo desses conceitos para o desenvolvimento da pesquisa intitulada “Do Latifúndio ao Assentamento: Uma Etnografia sobre Gênero, Cultura e Identidade entre “Produtoras” Rurais e Trabalhadoras Assentadas em Campo Grande – MS.”

Mato Grosso do Sul possui uma das maiores populações de trabalhadoras rurais vivendo em áreas que passaram por processos de reforma agrária. Tem-se aqui ainda uma estrutura fundiária que, com seus grandes latifúndios, coloca o Estado entre as cinco Unidades Federativas do País com a maior concentração de terras (INCRA, 2001)

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA de Mato Grosso do Sul, o estado possui hoje 140 assentamentos rurais distribuídos em mais de 60% dos municípios. Nesses assentamentos vivem aproximadamente 32 mil famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais assentadas.

Ainda segundo dados da Autarquia, Mato Grosso do Sul possui 86.899 imóveis rurais que totalizam uma área de mais de 33 milhões de hectares. Desse universo, apenas 18 por cento dessas propriedades agregam mais de 27 milhões de hectares evidenciando uma grande concentração de terras em seu território.

Observando esse universo complexo, onde demandas de luta pela terra conflitam com uma estrutura fundiária organizada em grandes latifúndios, é possível visualizar a importância de trabalhos que elucidem a inserção da mulher dentro desse contexto. Tanto trabalhadoras rurais assentadas como “produtoras” rurais proprietárias de grandes quinhões de terras convertem-se em um profícuo objeto a ser estudado pela Antropologia Social.

METODOLOGIA

Os conceitos teóricos como identidade, classe, gênero e raça presentes nas reflexões de duas expoentes da Antropologia Feminista na atualidade Avtar Brah e Adriana Piscitelli embasaram as reflexões durante o exercício de revisão bibliográfica sob o qual esse trabalho foi concebido. Também serviram como elementos norteadores dessa reflexão as abordagens de Clifford Geertz e Tim Ingold sobre os desafios da pesquisa de campo, suas trajetórias, perspectivas e resultados.

Brah (2006) desenvolve a ideia que, apesar do signo “mulher” ter uma especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero, as mulheres “não existem simplesmente como mulheres”, mas como categorias diferenciadas tais como: mulheres da classe trabalhadora, mulheres camponesas, mulheres imigrantes, mulheres brancas, mulheres negras, etc.

Piscitelli (2008) também contribui para essa reflexão quando afirma que “o debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens” e que essas mesmas “variam em função de como são pensados diferença e poder”, entendido como o rol de possibilidades que permitem as mulheres de diferentes grupo construir suas ações “mediadas cultural e socialmente” (p.267).

Ao afirmar que as práticas etnográficas são tentativas de leitura de um “manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” Geertz (1976) evidencia que o desafio do(a) Antropólogo(a) consiste em interpretar “exemplos transitórios de comportamentos modelados”. Ingold (2005) sugere que “conhecemos enquanto caminhamos e não antes de caminhar” abre caminho para um etnografia densa e subjetiva onde o mundo se apresenta suspenso e em movimento e continuamente se recriando “enquanto nós – pelo nosso próprio movimento – contribuimos para a sua formação”.

A partir desse constructo conceitual das autoras e autores acima, tornou-se possível refletir sobre as possibilidades e as fronteiras do pensamento antropológico feminista na abordagem de grupos de mulheres que possuem a terra (ou a falta dela) como um elemento historicamente contingente na construção de suas identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A breve revisão bibliográfica realizada para a elaboração do presente artigo apontou para alguns elementos socioculturais que podem permear a construção tanto da identidade e subjetividade quanto da sua articulação com as formas de acesso e exercício do poder dos diferentes grupos de mulheres aos quais se propões a presente análise.

Meus primeiros contatos com estes grupos tem demonstrado um conjunto complexo de relações sociais assimétricas onde poder econômico, raça e gênero se entrelaçam numa realidade prioristicamente turva e caudalosa. A “produtora rural”, branca e abastada sob um rápido olhar, parece imune ou talvez distante dos problemas de ordem material e ideológica vividos pelas trabalhadoras rurais assentadas, pretas e pobres.

Nesse sentido as ponderações de Brah (2006) apontam uma trajetória bastante interessante de se seguir. Ao delinear o conceito de diferença sob o aspecto da Identidade (multiplicidade relacional em constante mudança), da Subjetividade (não unificada e nem fixa), da Experiência (lugar de transformação do sujeito) e das Relações Sociais (formas estruturadas de regimes de poder), a autora demonstra a variedade de maneiras que discursos específicos da diferença são constituídos, reproduzidos e resignificados.

Assim, para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social que se insurge a partir de marcadores sociais de diferenças como classe, raça e gênero, é fundamental problematizar o contexto sob os quais a constituição das subjetividades e identidades desses grupos de mulheres recebem influências.

Ainda que previamente a aplicabilidade desses recursos metodológicos se mostrem difíceis de implementar – em parte pela pesquisa estar em seus primórdios e em parte pelos contatos ainda terem ocorrido de modo não menos primário – os caminhos desvelados para a compreensão da temática que se pretende investigar me parecem bastante promissores.

CONCLUSÕES

Tanto as trabalhadoras rurais assentadas quanto as “produtoras” rurais proprietárias de grandes contingentes de terras em Mato Grosso do Sul, apesar de possuírem um “marcador social” facilmente identificado pelo fato de serem mulheres, certamente dispõem de trajetórias de vida, identidades e cultura diferentes entre si.

O signo mulher possui uma especificidade forjada dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Nesse sentido, a compreensão do emaranhado de circunstâncias históricas, materiais e culturais que permeiam a formação da identidade, que marcam as diferentes categorias de mulher e que resignificam a subjetividade desses dois grupos estudados podem elevar a compreensão sobre as mulheres em Mato Grosso do Sul.

A abordagem Antropológica para o estudo das mulheres, sejam elas trabalhadoras rurais ou “produtoras rurais” a partir da ótica da interseccionalidade, aliado à práticas etnográficas que promovem uma perspectiva centrada na história humana enquanto criação de caminhos e possibilidades de vida que são constituídos nas inter-relações entre diferentes grupos identitários têm se mostrado bastante profícuos para compreender a inserção das mulheres enquanto protagonistas da luta pela terra (ainda que em posições evidentemente antagônicas).

Os resultados finais de minha dissertação poderão talvez apontar para outros rumos e evidenciar os limites dessa abordagem. Ainda assim, a relevância dos elementos conceituais aqui

apresentados e pensados me levam a acreditar que o exercício da reflexão é um elemento fundamental da prática antropológica.

REFERÊNCIAS

- BERGER, M. **Corpo e Identidade Feminina**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2006.
- BONETTI, A. de L. Etnografia Gênero e Poder. **Mediações**. Londrina, vol.14, n. 2, dez. 2009. Disponível em < > Acesso em 02/03/2017.
- BRAH, A. **Diferença, Diversidade e Diferenciação**. São Paulo. Cadernos Pagu (26), pp 329-376. 2006.
- CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- INCRA. **O Brasil Desconcentrando Terras: Índice de Gini**. Brasília, 2001. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/484-indice-de-gini-o-brasil-desconcentrando-terras>>. Acesso em 01/03/2017.
- INGOLD, T. **Jornada ao Longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação**. Religião e Sociedade, 26(1):pp.76-110. 2005.
- MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural e Industrial, 1976.
- PISCITELLI, A. Resenha de The Gender of The Gift. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n.2 mar 1994. Disponível em < > Acesso em 05/03/2017.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 11, n.2, jul/dez 2008. Disponível em < <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>>. Acesso em 05/03/2017.
- ROCHA, G. A Etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 14/15, ago 2006. Disponível em < www.journals.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50100/54220>. Acesso em: 02/03/2017.